

Corretor crê que leilão de imóvel não afeta mercado

BRASÍLIA — Seja qual for o destino que o candidato virtual futuro Presidente da República, Tancredo Neves, der aos 11 mil apartamentos funcionais e às 39 mansões do Poder Executivo localizados na Capital Federal, o fato não deverá alterar de imediato a tendência altista dos aluguéis e preços dos imóveis. Que se intensifica a cada mudança de Governo. Essa é a impressão de especialistas do mercado imobiliário de Brasília.

Mas, se o futuro Presidente decidir pelo leilão dos imóveis, ou pela cobrança de aluguel a seus ocupantes, muita coisa deverá mudar na vida dos habitantes da capital. A venda das mansões é desaconselhada até mesmo por corretores e administradores de imóveis. Além de não acreditarem em muitos candidatos à compra (o preço de uma dessas mansões pode oscilar de Cr\$ 600 milhões a Cr\$ 1,1 bilhão, estimam), acham que dificilmente o Governo conseguiria acomodações adequadas aos Ministros, Secretários-Gerais e outros assessores de alto nível.

Contudo, a cobrança do aluguel aos ocupantes desses imóveis — tanto as mansões quanto os apartamentos — encontra defensores no mercado imobiliário, entre os quais o mais ferrenho é Vera Brant, proprietária de uma imobiliária que atua na compra, venda e locação há 16 anos. A empresária, defende a cobrança de aluguel dos altos funcionários “pela simples razão de que no começo era um sacrifício morar em Brasília, o que podia justificar mordomias como isenção de pagamento de aluguel, mas hoje residir aqui é privilégio”.

Mas a própria empresária adverte que o preço do aluguel de uma mansão da Península dos Ministros — onde o metro quadrado é o mais caro de Brasília e, mesmo assim não existe oferta, sendo estimado em Cr\$ 200 mil — ficaria em torno de Cr\$ 10 milhões por mês, uma cifra vinte vezes maior do que a taxa de ocupação e conservação que o ocupante recolhe atualmente ao Dasp, sem nenhum outro ônus.